



RELATÓRIO ESPECIAL

Os protestos vieram para ficar: Mudanças sociais e mobilização dos cidadãos na América Latina

Madri, outubro 2013

d+i LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO
2. CARACTERÍSTICAS COMUNS DOS MOVIMENTOS DE PROTESTO
3. CONCLUSÕES

LLORENTE & CUENCA

1. INTRODUÇÃO

Em 2006 e 2011, o Chile saltou para as primeiras páginas dos jornais de todo o mundo devido às manifestações estudantis que colocaram em sérios apuros quer os governos de centro-esquerda, tais como o encabeçado por Michelle Bachelet (2006-2010), quer os de centro-direita, tais como o de Sebastián Piñera (2010-2014).

Em 2012, as “caceroladas” povoaram as ruas de Buenos Aires e, em 2013, foi a vez do Brasil, de Dilma Rousseff. Em plena celebração da Taça das Confederações de futebol, antessala do mundial de 2014, o país mergulhou numa onda de protestos nas principais cidades do país. E, quando os eventos em São Paulo, no Rio de Janeiro ou em Brasília ainda estavam na retina de todos as ruas de Lima também se encheram de manifestantes que protestavam contra o governo de Ollanta Humala.

A pergunta que surge perante esses eventos é se a América Latina está a entrar numa era marcada pela efervescência de movimentos de protesto urbanos e de reivindicação social. Noutros países, como o Uruguai e a Costa Rica já se viveu o gérmen de fenómenos semelhantes e, no México e na Colômbia, existe o pressuposto de que, mais cedo ou mais tarde, se irão produzir dinâmicas semelhantes.

A verdade é que estes protestos sociais no Chile, no Brasil e no Peru reúnem uma série de características muito especiais e sem precedentes na região. Acontecem num contexto triplo de:

- Crescimento económico (e não de crise como em outros momentos da história desses países ou na situação atual na Europa)
- De mudança social (emergência de classes médias urbanas heterogéneas) e
- Ocorrem num contexto de clara insatisfação relativamente ao funcionamento ineficiente do Estado, das autoridades públicas e de deslegitimação dos partidos e da classe política.

Neste relatório, caracterizaremos esses movimentos de protesto, será estudada a sua dinâmica local em cada país e será realizado um trabalho prospetivo: para onde vão e qual pode ser o seu impacto no curto prazo.

“Historicamente, estas ondas de protestos ocorreram em tempos de crise e tensões políticas e socioeconómicas acumuladas”

2. CARACTERÍSTICAS COMUNS DOS MOVIMENTOS DE PROTESTO

Os protagonistas destes movimentos que varreram toda a América Latina são as novas classes emergentes, em especial, as classes médias urbanas e estratos mais jovens da população. Não existe, pelo menos a olho nu, uma liderança clara e tratam-se de movimentos pragmáticos (procurando melhorias concretas e não utopias políticas), apesar de existir a presença de grupos de claro pendor radical ou de extrema-esquerda radical (como o Partido Comunista nos protestos estudantis do Chile). Além disso, como seria de esperar, as novas redes sociais (Facebook ou Twitter) desempenham um papel fundamental no seu nascimento e desenvolvimento e, certamente, na sua manutenção ao longo do tempo.

Todos estes movimentos reúnem, portanto, três características gerais comuns que se resumem no facto da dinâmica económica da região desde 2003 ter produzido uma mudança social com implicações políticas sérias e diretas:

Ocorrem em situações de estabilidade económica

A primeira característica de todos esses movimentos pressupõe uma novidade na história, um fenómeno sem precedentes. Acontecem num contexto de estabilidade económica e até relativa prosperidade com um crescimento económico acima de 4%.

Este mesmo crescimento continuado e constante do PIB na região explica muitas das alterações sociais produzidas (redução da pobreza e desigualdade e aumento significativo das classes médias) que se relacionam com as mobilizações atuais.

Historicamente, estas ondas de protestos ocorreram em tempos de crise e tensões políticas e socioeconómicas acumuladas. Por exemplo, as mais próximas no tempo são aquelas que ocorreram entre o final dos anos 90 e o início da década seguinte e que derrubaram, entre outros, governos como o de Raúl Cubas (1999), no Paraguai, de Fernando de la Rúa (2001), na Argentina, de Gonzalo Sánchez de Lozada (2003), na Bolívia ou de Lucio Gutiérrez (2005), no Equador. Todos estes governos entraram em colapso depois manifestações públicas massivas (os então chamados “golpes de rua” –grandes mobilizações de

Fonte: Cepal

CRESCIMENTO DA ECONOMIA NA AMÉRICA LATINA				
País	2010	2011	2012	2013*
Argentina	9,2	8,9	1,9	3,5
Bolívia	4,1	5,2	5,2	5,5
Brasil	6,9	2,7	0,9	2,5
Chile	5,8	5,9	5,6	4,6
Colômbia	4,0	6,6	4,0	4,0
Costa Rica	5,0	4,4	5,1	3,0
Cuba	2,4	2,8	3,0	3,0
Equador	2,8	7,4	5,0	3,8
El Salvador	1,4	2,0	1,6	2,0
Guatemala	2,9	4,2	3,0	3,0
Haiti	-5,4	5,6	2,8	3,5
Honduras	3,7	3,7	3,3	3,0
México	5,3	3,9	3,9	2,8
Nicarágua	3,6	5,4	5,2	5,0
Panamá	7,5	10,8	10,7	7,5
Paraguai	13,1	4,3	-1,2	12,5
Peru	8,8	6,9	6,3	5,9
República Dominicana	7,8	4,5	3,9	3,0
Uruguai	8,9	6,5	3,9	3,8
Venezuela	-1,5	4,2	5,6	1,0
Subtotal de América Latina	5,7	4,4	3,0	3,0

“A raiz para a compreensão da atual agitação social não parte da economia como aconteceu nos anos 80 ou entre 1997 e 2003, mas é mais uma questão política e social”

protestos que provocaram a saída desses governos—) e aconteceram nesse quinquênio economicamente negativo que foi a Meia Década Perdida, entre 1997 e 2002 (durante a qual podem ser referidas as quedas dos governos do Equador de Abdalá Bucaram, em 1997, e de Jamil Mahuad em 2000).

Na atualidade, porém, os países latino-americanos apresentam valores de crescimento econômico não só elevados como consolidados desde 2003, com a única exceção de 2009, tendo a região superado a crise mundial sem grandes dificuldades.

Desta forma, a raiz para a compreensão da atual agitação

social não parte da economia (como aconteceu nos anos 80 ou entre 1997 e 2003), mas é mais uma questão política e social, embora os efeitos do crescimento econômico tenham sido uma variável muito importante para desencadear este tipo de transformações.

Protagonizadas por classes médias emergentes

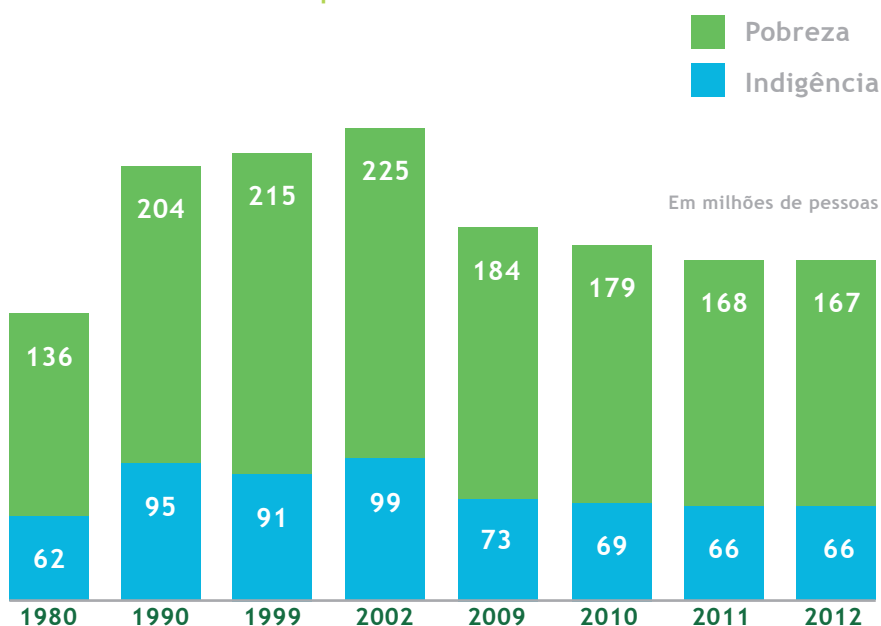
Trata-se, como vimos até agora, de mobilizações protagonizadas fundamentalmente pelas classes médias urbanas emergentes e as já consolidadas na América Latina.

Estes dez anos de crescimento elevado e contínuo na região, acompanhado de políticas sociais, em especial, as transferências condicionais resultaram numa redução significativa da pobreza (de 225 para 167 milhões de pessoas entre 2002 e 2012) e da indigência (de 99 para 66 milhões).

De acordo com o Banco Mundial, o “Produto Interno Bruto (PIB) per capita no continente aumentou a uma taxa média anual de 2,2% entre 2000 e 2010. Em seis países (que incluem a Argentina, a República Dominicana, o Panamá e o Peru), as taxas anuais de crescimento acima de 3% per capita sucederam-se durante este período... a combinação de crescimento econômico sustentado (embora esteja longe de ser espetacular) e a diminuição da desigualdade resultaram numa queda considerável nos valores da pobreza absoluta. A incidência da pobreza moderada na América Latina diminuiu de 44,4%, em 2000, para 28%, em 2010, apesar da crise

A POBREZA EM AMÉRICA LATINA

A pobreza segue à baixa na região mas ainda afeta a 167 milhões de pessoas



Fontes: Cepal e AFP

“O Banco Mundial faz um retrato robô da classe média da América Latina como ‘urbana, com melhores níveis educativos, na sua maioria empregados do setor privado e com crenças e opiniões que, em geral, coincidem com as dos seus compatriotas mais pobres e menos educados’”

financeira mundial nos dois últimos anos da década (Banco Mundial, 2011)... Esta redução da pobreza implica que havia 50 milhões a menos de latino-americanos que viviam na pobreza em 2010, comparativamente com 10 anos antes. Em comparação com 2003, a redução em termos absolutos é ainda maior: 75 milhões.”

75 milhões de pessoas que saíram da pobreza para engrossar as diferentes camadas de umas classes médias (heterogêneas e muito diversificadas), que cresceram e aumentaram nestes mesmos anos.

Como assinala o Banco Mundial, “depois de décadas de estagnação, a população de classe média na América Latina e nas Caraíbas aumentou em 50%, de 103 milhões de pessoas em 2003 para 152 milhões (ou em 30% da população do continente) em 2009. Durante este período, à medida que os rendimentos das famílias cresciam e a desigualdade tendia à diminuição na maioria dos países, a percentagem de populações pobres diminuiu significativamente, de 44% para 30%. Em consequência, atualmente, as percentagens de população de classe média e de pobres na América Latina são iguais. Esta situação contrasta com a que prevaleceu (durante um longo período) até há quase 10 anos atrás, quando a taxa de pobreza era equivalente a aproximadamente 2,5 vezes da classe média”.

Os estudantes chilenos que protestavam em massa em 2011, as “caceroladas” em Buenos Aires,

em 2012, e os protestos contra o aumento dos transportes públicos no Brasil, em 2013, apresentam diferenças notáveis mas também estreitos paralelismos. Em todas, esta classe média urbana heterogênea que estamos a descrever está muito presente. O exemplo brasileiro é significativo neste sentido, dado que cerca de trinta e cinco milhões de brasileiros saíram da pobreza desde 2003. Enquanto que, na década de 1990, até cerca de 25% da população brasileira vivia em extrema pobreza, esse número caiu para 2,2% em 2009.

Mas o que se entende por classe média?

Quando se pretende saber o que se entende por classe média, não existe unanimidade no mundo académico, dado que as definições da sociologia (de estilo de vida), de psicologia e de economia (rendimentos determinados que cobrem uma faixa entre 10 e 50 dólares per capita por dia) nem sempre coincidem. O Banco Mundial faz um retrato robô da classe média da América Latina como “urbana, com melhores níveis educativos, na sua maioria empregados do setor privado e com crenças e opiniões que, em geral, coincidem com as dos seus compatriotas mais pobres e menos educados”.

Este segmento da população é agora o protagonista da economia regional pela sua capacidade de consumo e, para muitos especialistas, o seu surgimento é a maior mudança social na história da região desde as migrações campo-cidade dos anos 50 e

“O Banco Mundial alerta para o crescente mal-estar das classes médias, porque ‘cada vez mais se pede à classe média que pague por serviços proporcionados a outros gratuitamente’”

60. Mas trata-se de uma classe média muito heterogénea, como apresentado na tabela a seguir. Inclui setores a meio caminho entre a pobreza e a classe média (aqueles com rendimentos entre 4 e 10 dólares por dia) e, dentro da própria classe média, a faixa é muito ampla, entre rendimentos baixos (10 dólares por dia) e muito altos, perto da parte baixa da elite (50 dólares por dia).

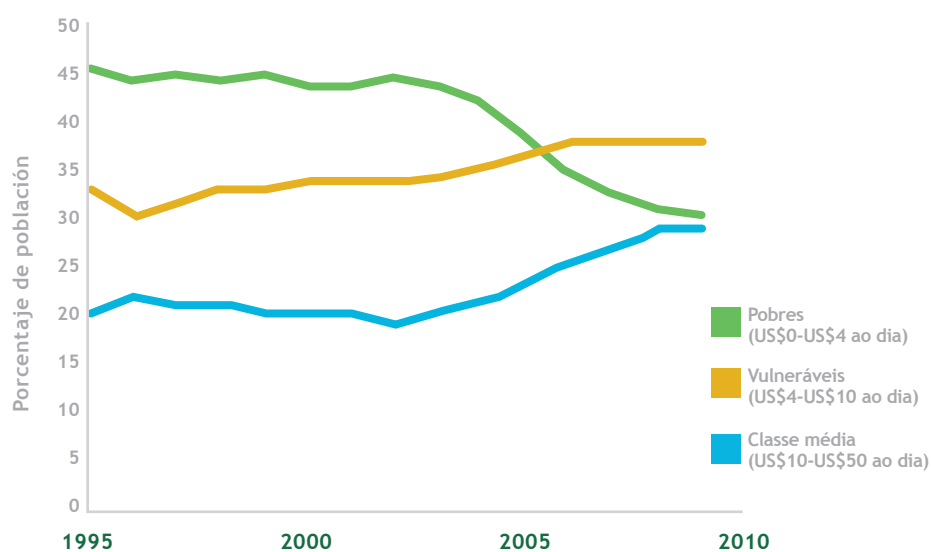
Este surgimento e crescimento das classes médias contribui para a formação de sociedades mais modernas mas também mais complexas. É algo para que o Secretário Geral da SEGIB, Enrique Iglesias, já alerta há algum tempo: “Teremos uma nova sociedade de classes médias. Já o estamos a assistir. Sociedades de classes médias que são difíceis de governar. Têm características que exigem uma mudança de política; são sociedades médias que exigem

novos serviços, que exigem novas formas de participação, que exigem boa qualidade nos serviços; é o caso da educação”.

Essa complexidade que Iglesias assinala deve-se ao facto das classes médias se sentirem à margem de um sistema que não as tem em conta nem dá uma solução às suas reivindicações mais urgentes. E, como assinala o relatório do Banco Mundial, os governos estão a cometer um deficit duplo relativamente à exigências das classes médias:

Não incorporaram “o objetivo da igualdade de oportunidades mais explicitamente nas políticas públicas. Isto é essencial para garantir que as classes médias sentem que vivem numa sociedade na qual vale a pena o esforço e o mérito é recompensado em vez de uma sociedade que tende a favorecer os grupos privilegiados”.

TENDÊNCIAS NAS CLASSES MÉDIAS, VULNERABILIDADE E POBREZA EM AMÉRICA LATINA E O CARAÍBAS, 1995-2009



Fonte: Banco Mundial

O Banco Mundial alerta para o crescente mal-estar das classes médias, porque “cada vez mais se pede à classe média que pague por serviços proporcionados a outros gratuitamente. Talvez um sistema de proteção social duplo, baseado em ajudas seletivas para os pobres e em seguros (subsidiados) para as classes médias também esteja pouco adequado para uma grande população vulnerável, que não é nem pobre nem da classe média, e cuja vulnerabilidade aumentará se a conjuntura externa se tornar menos favorável do que no passado”.

“O grande paradoxo destes movimentos de protesto reside, portanto, na medida em que ocorrem em países economicamente bem-sucedidos e cujas sociedades se modernizaram”

O Banco Mundial também revela como as políticas públicas não têm sido capazes até agora de acabar com *“o círculo vicioso dos impostos baixos e a má qualidade dos serviços públicos que leva as classes médias e altas a optar pela desvinculação”*.

Crescimento da insatisfação da cidadania política

O grande paradoxo destes movimentos de protesto reside, portanto, na medida em que ocorrem em países economicamente bem-sucedidos e cujas sociedades se modernizaram (ampliaram-se as classes médias e reduziu-se a pobreza e a desigualdade).

“A prosperidade —refere o analista e escritor Moisés Naím— não compra a estabilidade. A principal surpresa destes protestos de rua é que ocorrem em países economicamente bem sucedidos... O Brasil não só tirou milhões de pessoas da pobreza e ainda conseguiu a façanha diminuir a sua desigualdade. Todos eles possuem atualmente uma classe média mais numerosa do que nunca”.

Essas mudanças económicas e sociais não estão a ser canalizadas pelo sistema político que não foi capaz de se adaptar às novas circunstâncias, dado que age das mesmas formas e maneiras adotadas na década de 80, quando a democracia retornou à região. Um Estado cada vez mais afastado destas classes médias. O Banco Mundial conclui que “as classes médias não se prestarão ou contribuirão para um contrato social melhorado se os bens que

têm em tão alta estima (como a proteção dos direitos civis, a educação, a polícia e os serviços de saúde) são fornecidos de forma deficiente pelo Estado e se não considerarem que os ricos contribuem de forma justa para o contrato social.”

Isto explica as grandes manifestações de descontentamento que têm ocorrido no Chile, no Brasil e no Peru, dado que todas estas classes sociais emergentes transportaram para a rua o seu desconforto por não poderem canalizá-lo através do sistema político. O escritor Moisés Naím destacou as semelhanças entre todos esses movimentos e a raiz política que os une: começam com pequenos incidentes que vão em crescendo, os governos reagem de forma inadequada (entre a repressão, a desqualificação ou simplesmente ignorando esses protestos), o que termina alimentando ainda mais o mal-estar de algumas classes sociais que não contam com líderes claros.

Portanto, o sistema político não se está a mostrar à altura dos desafios colocados pelas exigências destas classes médias que encarnam, em si mesmas, uma mudança social mas também política, como salienta o Secretário-Geral da SEGIB, Enrique Iglesias: “Uma classe média que está praticamente a dominar o mundo. Os valores são muito variados, mas fala-se muito rapidamente que 50% dos países da América Latina são de classe média. Este é um fenómeno importante que deve ser administrado politicamente e administrá-lo politicamente implica uma forma futura de fazer política.”

“Na realidade, o que estes governos enfrentam é uma revolução de expectativas que até agora não souberam canalizar nem articular”

Os sistemas políticos provaram não ser eficientes (não oferecem soluções ou respostas às exigências sociais por melhores serviços públicos) nem congregam o apoio dos cidadãos. Existem várias razões:

- **Um Estado ineficiente perante uma revolução de expectativas**

Na realidade, o que estes governos enfrentam é uma revolução de expectativas que até agora não souberam canalizar nem articular: as classes emergentes passaram a uma nova etapa e querem e exigem sobretudo mais e melhores serviços públicos.

Nas palavras de Moisés Naím: “Nas sociedades que experimentam transformações rápidas, a exigência de serviços públicos cresce a uma velocidade superior à da capacidade dos governos em a satisfazer. Esta é a diferença que leva as pessoas às ruas para protestar contra o governo. E que encoraja outros protestos muito justificados: o custo proibitivo da educação superior no Chile... ou a impunidade dos corruptos no Brasil.”

A tradução desta revolução de expectativas não canalizadas e o consequente mal-estar tem sido uma queda significativa nas taxas de apoio a determinados líderes e, inclusivamente, em derrotas eleitorais não sendo capazes de dar uma resposta política a uma exigência social.

Vejam os alguns exemplos ilustrativos:

- » Sebastián Piñera no Chile arrastou, ao longo de todo o seu mandato, valores de aceitação popular muito baixos: foi eleito à segunda volta com 51,6% mas, nos últimos anos de fortes protestos estudantis, a aprovação, segundo uma sondagem da Adimark, chegou a ser inferior a 30%, apesar de, neste último período, ter subido até 37/39%.
- » Na Argentina, Cristina Kirchner, reeleita em 2011 à primeira volta com 54,1%, acaba por ver como nas eleições internas a sua força política foi derrotada nos principais distritos e se ficava com 25% dos votos, a 30 dos obtidos há dois anos, antes da eclosão da onda de “caceroladas” de 2012.
- » Dilma Rousseff, que possuía uma aprovação de 58%, em março, viu a sua aceitação cair em 20 pontos em junho – após a onda de protestos coincidindo com a Taça das Confederações– até ficar em 30%, de acordo com uma sondagem do Datafolha do mês de julho.
- » O peruano Ollanta Humala enfrentou os protestos em Lima, enquanto a sua popularidade diminuía, tal como se conclui de uma

“Essas classes médias, politicamente desorganizadas na maioria das vezes, têm um impacto político significativo, dado que as suas exigências colocam tensão em Estados que não estão normalmente preparados para dar respostas rapidamente”

sondagem da Ipsos, caindo de 54% em fevereiro para 33% em julho.

O que pedem essas classes médias à classe política? Bem, melhores serviços públicos e um sistema político menos corrupto e menos clientelista. Contar com melhores serviços públicos (educação, saúde, transporte e segurança pública) traduz-se na melhoria do poder de compra, porque não é necessário desviar tantos recursos para ter um seguro de saúde privado, educação privada ou fazer investimentos em segurança privada.

Seguindo as reflexões de Michael Shifter, Presidente do centro Inter-American Dialogue, todo esse mal-estar “é um produto do progresso económico e social e da expansão da classe média em países como o Brasil, o México, o Chile e a Colômbia. Muitos dos jovens das classes médias na América Latina (estudantes no Chile e no Brasil, professores no Uruguai) estão desiludidos com a política tradicional, seja de direita ou de esquerda... exigem que os governos que agora têm mais recursos, apresentem serviços de maior qualidade e, além disso, estão cansados da corrupção e das prioridades erradas nas despesas”.

Essa insatisfação com os serviços públicos deficientes e, às vezes, como no Brasil, com forte pressão fiscal, explica uma parte importante daquilo que tem vindo a acontecer

na América Latina. Na verdade, essas classes médias, politicamente desorganizadas na maioria das vezes, têm um impacto político significativo, dado que as suas exigências colocam tensão em Estados que não estão normalmente preparados para dar respostas rapidamente.

Como assinala Ludolfo Paramio, professor do CSIC, “a própria natureza das aspirações das classes médias, novas e antigas, conduz a um aumento das suas exigências relativamente ao Estado. As classes médias consolidadas podem continuar a contar com a educação ou a saúde privada, mas as novas classes médias necessitam de sistemas públicos melhores e mais acessíveis para definir o seu estatuto. Por outro lado, as classes médias perdedoras na globalização também seriam beneficiadas por uma melhoria geral nos sistemas públicos.”

Esta reflexão coincide com os dados publicados pelo Barómetro de las Américas, que afirma, por exemplo, que “na última década, os brasileiros aparecem entre os cidadãos mais insatisfeitos na América Latina no que diz respeito aos serviços sociais prestados pelo governo. Grande parte desta situação deve-se, provavelmente, aos elevados impostos pagos pelos brasileiros (cerca de 36% do PIB) e à perceção que os cidadãos estão a pagar níveis fiscais de países ricos, em troca de serviços equivalentes aos dos países pobres”.

“O sistema perde legitimidade perante a cidadania que vê como o Estado não é capaz de lhe oferecer segurança física e jurídica, nem serviços públicos adequados”

Entre os dez países mais insatisfeitos encontram-se, além do Brasil (o terceiro), o Chile (o quarto) e o Peru (o sexto), duas nações que assistiram a esse tipo de manifestações sociais. No caso das manifestações no Chile em 2006 e em 2011-12, estas centraram-se na educação e, sobretudo, em como reconstruir o sistema universitário e financiar o ensino superior. Nas palavras de Michael Read, editor da *The Economist*, especializado na América Latina: “Em todos os casos são expressões de descontentamento dos cidadãos menos pobres, menos preocupados, pelo menos agora, neste momento, relativamente à situação económica e muito mais exigentes relativamente ao que querem do Estado e do sistema político. Embora as exigências pontuais sejam diferentes, têm isso em comum.”

- **Perda de legitimidade do sistema**

Uma revolução das expectativas não adequadamente respondidas tem uma tradução política direta: o sistema perde legitimidade perante a cidadania que vê como o Estado não é capaz de lhe oferecer segurança física e jurídica, nem serviços públicos adequados e, às vezes, como é o caso da Venezuela e da Argentina, sem sequer de controlar a inflação. Como assinala igualmente o Barómetro de las Américas, “em 2012, cerca de

65% dos brasileiros percebiam que o sistema político era corrupto... e (o Brasil) ocupou o vigésimo segundo lugar entre os 26 países das Américas em 2012, em matéria de apoio às instituições políticas nacionais.”

Estas duas dinâmicas, insatisfação relativamente às políticas públicas dos governos e pouco apego às instituições, encontram-se presentes nas manifestações que tiveram lugar nestes últimos anos na região. O Chile deu o tiro de partida das manifestações com a “revolução dos pinguins” em 2006-07, o mal-estar com o mau funcionamento do Transantiago a seguir e, nesta década, com os protestos universitários em 2011, que deu muitas dores de cabeça a Sebastián Piñera.

Havia por detrás de tudo uma “revolução das expectativas” não cumpridas pelo Estado relativamente a uma classe média em ascensão. “Parte do problema é causada pelo sucesso da Concertación: em 20 anos conseguiu expandir muito o acesso à educação. A escola secundária tornou-se universal e a universidade cresceu. No entanto, com um sistema de créditos com taxas de 10% anuais, o problema explodiu e tal aconteceu agora porque os alunos estão a terminar os seus estudos universitários... Em 1990, um em cada cinco chilenos em idade universitária acedia a esse nível de educação; atualmente, é um em cada dois”, comentou

“Tal como no Chile, o sucesso económico do Brasil é, ironicamente, a fonte dos problemas atuais”

Patricio Navia, professor da Universidade Diego Portales.

Este facto, um êxito económico que não garante a tranquilidade e a satisfação social, apenas confirma a mudança experimentada pelo Chile. Como refletia o economista e intelectual Sebastián Edwards no jornal *La Tercera* “O Chile é um país encurralado. Encurralado por um mal-estar que não abranda, por uma desconfiança profunda nos políticos e nas instituições, por uma espécie de melancolia persistente.” “A política anda mal”, diz o homem na rua. “Há uma crise institucional”, repetem as mulheres nos supermercados. “O modelo neoliberal fracassou” gritam os estudantes nas manifestações.

E acrescenta: “As famílias chilenas orgulham-se daquilo que cada uma tem conseguido ao longo do último quarto de século; da sua passagem para a classe média, do título académico de uma das suas filhas, das férias sonhadas, da bolsa de estudos que ganhou o sobrinho. No Chile atual, a satisfação pessoal e a agitação social convivem. Para muitos, é uma contradição, mas é assim.”

Pela sua parte, na Argentina, em 2001, durante o famoso “que se vayan todos”, viveu-se o primeiro capítulo dessa “rebelião da classe média”. Agora, reapareceu nas “caceroladas” de 2012

e 2013 contra o governo de Cristina Kirchner.

A analista e historiadora Beatriz Sarlo concordou com este diagnóstico quando sublinhou que “os manifestantes, que provinham desse vasto setor com muitas diferenças que são as camadas médias (que começam, recordemos, com salários de 5.000 ou 6.000 pesos), não protestavam unicamente porque não podiam comprar dólares. Tinham outros objetivos e convertê-los todos num pretexto redutor de vontade de obter divisas ao preço oficial implica um total desprezo pelos mesmos. É a versão simétrica daqueles que afirmam que os participantes das manifestações “kirchneristas” “vão pelo plano e pelo pão com chouriço”.

No Brasil, os protestos de junho não foram protagonizados por pessoas pobres e desenraizadas das favelas, mas por uma classe média que agora reclama ao Estado eficiência e que lute contra a corrupção.

Longe vão os dias do famoso “rouba, mas faz”, que, nos anos 50 elevou figuras como Adhemar de Barros, presidente da Câmara e governador de São Paulo, quando se dizia que “Adhemar rouba mas faz”. Para o jornalista do diário *El País*, Juan Arias, correspondente no Brasil, “a nova classe média exige agora “serviços públicos de

“Existe um purgatório estreito, mas muito povoado entre estes dois estados, caracterizado por uma vulnerabilidade considerável e um alto risco de voltar a cair na pobreza”

primeiro mundo —educação, transportes, hospitais—”, além de políticos com menor carga de corrupção e desperdício”.

Tal como no Chile, o sucesso económico do Brasil é, ironicamente, a fonte dos problemas atuais. Como explica Michael Read “o interessante é que os protestos recentes refletem o sucesso dos últimos 15 anos, o sucesso socioeconómico que deu praticamente o pleno emprego no Brasil. Os salários reais têm vindo a aumentar, até este ano, e existem muito mais pessoas com mais dinheiro. Mas existe uma desconexão entre o tamanho do Estado e a qualidade dos serviços que presta. A carga fiscal no Brasil é de 36% do PIB, proporção elevada para qualquer país desta dimensão. No entanto, o nível e a qualidade dos serviços públicos são bastante maus. Na área da educação, mas sobretudo na saúde e nos transportes. Se a este facto juntarmos a consciência crescente de que há muito dinheiro público e de que um segmento importante desse dinheiro está a ser desperdiçado, tal explica a revolta e dá conta das reformas necessárias.”

Em resumo, em cada um destes países, as dinâmicas internas diferentes e as gerais coincidentes uniram-se para propiciar estas convulsões. Olhando para a situação de uma forma mais abrangente,

deve destacar-se que a última razão, como refere Carlos Mafamude, investigador do Real Instituto Elcano, reside no facto de “no resto da América Latina... uma parte destas classes médias não recebe os subsídios destinados aos mais pobres e quer um pedaço do bolo e não está disposta a esperar por amanhã para receber o que lhe corresponde. Portanto, a questão de “onde está o meu” percorre a região de cima a baixo e em toda a sua extensão.

E, efetivamente, isto assim é porque as políticas públicas chegaram aos setores pobres, mas de forma decrescente às classes médias vulneráveis com rendimentos entre “4 dólares e 20 dólares por pessoa por dia, cuja situação é demasiado acomodada para serem consideradas pobres, mas demasiado vulnerável para serem consideradas classes médias. Certamente, não é um grupo pequeno: compreende 37,6% da população do continente... sair da pobreza —segundo o definido pela maioria dos países e dos organismos internacionais— não é suficiente para ingressar nas fileiras da classe média aparentemente acomodada e economicamente segura. Existe um purgatório estreito, mas muito povoado entre estes dois estados, caracterizado por uma vulnerabilidade considerável e um alto risco de voltar a cair na pobreza. Como um

“A responsabilidade recairá principalmente sobre os ombros dos dirigentes políticos e das instituições democráticas da região, que enfrentam o desafio de repensar o seu contrato social”

grupo, é provável que sejam cruciais para a conceção das políticas sociais do continente, para a dinâmica política e para o contrato social em termos alargados”.

3. CONCLUSÕES

A curto e médio prazo, pode concluir-se que os movimentos sociais das heterogéneas classes médias latino-americanas estão para ficar. Isso acontece, por duas razões principais:

- Primeiro, porque, como vimos, as políticas públicas dos governos da região não estão a ser capazes de responder às novas exigências (melhores serviços públicos) colocadas por esses segmentos da população.
- E, em segundo lugar, porque a região caminha para uma conjuntura económica menos favorável de desaceleração, abrandamento e mesmo de crise, em alguns casos. Esta conjuntura desfavorável, ou pelo menos não tão favorável, já é admitida pelos próprios governos. Caso emblemático é o do Peru, onde o ministro da Economia Luis Miguel Castilla, confessou que “o Peru tem pontos fortes, mas tem que realizar com urgência as tarefas internas para transitar num ambiente que é menos favorável”.

Como aponta o Banco Mundial, “Durante a maior parte da década de 2000, a melhoria

no quadro político na América Latina permitiu que muitos países aproveitassem uma conjuntura externa favorável para iniciar uma transição impressionante para uma sociedade de classe média. Isto tem criado grandes expectativas que correm o risco de se converter em frustração se essa transição for interrompida. No entanto, a região não pode esperar que a conjuntura externa continue a ser tão favorável como no passado recente para conseguir benefícios sociais e económicos. Portanto, será necessário muito mais esforço na conceção de políticas para consolidar e aprofundar o processo de mobilidade ascendente e torná-lo mais resistente a possíveis perturbações adversas. Em última instância, a responsabilidade recairá principalmente sobre os ombros dos dirigentes políticos e das instituições democráticas da região, que enfrentam o desafio de repensar o seu contrato social.”

Com um mundo de baixo crescimento económico (UE em recessão, fraco crescimento dos EUA e a China com uma queda de cerca de dois pontos do PIB), as exportações descerão e, portanto, também as receitas do Estado, o que reduzirá a margem de manobra das políticas públicas e a possibilidade de as estender às classes médias. Umas classes médias que crescerão mais lentamente nesta década e que serão ainda mais vulneráveis devido às taxas de crescimento mais baixas.

Estes movimentos de protesto irão apresentar ainda três características nos próximos

“A curto prazo, a possibilidade de surgir uma imitação do movimento italiano Cinco Estrelas, de cariz anti-sistémico, não parece viável”

tempos: vão alargar-se geograficamente e vão ter um claro carácter descontínuo.

- Não só vão persistir as mobilizações mas parece que tudo indica que se estenderão a outros países, tais como o México, a Colômbia e a Venezuela.

“É um produto do progresso económico e social e da expansão da classe média em países como o Brasil, o México, o Chile e a Colômbia”, disse Michael Shifter, presidente do Diálogo Interamericano, acrescentando que “o descontentamento no Brasil que, de repente, chegou à superfície reflete uma tendência em toda a região”.

- Da mesma forma irão ser –e já são, na realidade– movimentos caracterizados por ascensões e declínios cíclicos. Muito marcados e ativos em épocas concretas, simbólicas e pontuais (Taça das Confederações, visita do Papa ou Mundial de Futebol), seguidos por períodos de acalmia, onde grupos radicais podem apropriar-se do movimento, o que já acontece no Brasil. Os sectores moderados da classe média, coluna vertebral das mobilizações, passaram para segundo plano perante o avanço e monopólio dos grupos mais radicais e violentos. Como observado por Moisés Naím: “Certamente, nestes países, os protestos vão diminuir. Mas tal não significa que as suas causas desapareçam.”

- Relativamente a saber se estes movimentos chegarão a ser institucionalizados, com o nascimento de partidos ou forças que encarnem a sua mensagem e propósitos, tudo indica que, pelo menos a curto prazo, os velhos partidos ou coligações (tais como a chilena Nueva Mayoría –herdeira da Concertación– liderada por Michelle Bachelet), políticos afastados dos governos em decadência (tal como Sergio Massa, na Argentina) ou já conhecidos opositores de referência, tal como Marina Silva, no Brasil, irão ser capazes de canalizar o descontentamento. A curto prazo, a possibilidade de surgir uma imitação do movimento italiano Cinco Estrelas, de cariz anti-sistémico, não parece viável.

Tal começa a perceber-se, por exemplo, na Argentina, onde a votação da classe média e da classe média emergente é canalizada através do voto útil para candidatos como Sergio Massa (um ex-ministro eminente do “kirchnerismo”, “peronista” agora na oposição a Cristina Kirchner).

Os resultados nas internas celebradas no passado dia 11 de agosto é exatamente o previsto. Num relatório do jornal La Nación, é apresentado como “o kirchnerismo” perdeu votos em todos os centros urbanos do país, onde a perda comparativamente com as eleições de 2011 foi de 24%, em média. Este facto,

fundamental para compreender a ampla derrota do Governo, demonstra especialmente a viragem da classe média. De acordo com os analistas, o fraco desempenho do “kirchnerismo” nos centros urbanos revela a incidência protagonizada pela inflação, pela insegurança e pela corrupção. O mapa inclui as grandes cidades nas quais o revés do FPV era um dado adquirido –Mendoza, Córdoba, Rosario e Santa Fe– mas também capitais provinciais que registaram derrotas inesperadas tais como Catamarca, La Pampa, San Juan e Corrientes”.

Como assinala a socióloga Liliana de Riz, “na rua explodiram fúrias combinadas que não foram escutadas e que acabaram por se fazer sentir no voto. “A classe média perdeu a confiança na capacidade do governo para sustentar os níveis atuais de despesa e bem-estar, que, sem políticas de longo prazo, eram sustentáveis apenas no relato oficial”, assegura o académico Levy Yeyati.

De igual forma, no Chile, o voto do descontentamento irá ser canalizado nas presidenciais deste ano, de forma maioritária, em direção à antiga Concertación, agora Nueva Mayoría, liderada por Michelle Bachelet, enquanto que o voto de protesto, menos apegado às tendências tradicionais, será minoritário e será encarnado em dois candidatos independentes como Franco Parisi e Marco Enriquez-Ominami que andarão à volta dos 5% de votos cada um.

O mesmo pode supor-se que ocorrerá no Brasil, onde o PT com Dilma Rousseff e o PSDB com Aécio Neves marcarão o futuro eleitoral nas presidenciais 2014. Caso existam novidades, estas viriam de um aumento do apoio relativamente à candidata verde Marina Silva, que já foi a terceira mais votada em 2010, ou relativamente ao socialista moderado Eduardo Campos, até agora aliado de Lula e de Rousseff, como governador de Pernambuco.

O cenário pode ser semelhante noutros pontos da região: no México, as manifestações vão ser seguramente muito numerosas, mas dentro de um contexto muito específico, o da mobilização da esquerda (liderada pela esquerda radical de Andrés Manuel López Obrador e da mais moderada do PRD) contra a reforma energética promovida pelo presidente Enrique Peña Nieto e que procura a chegada do capital privado à Pemex.

Na Venezuela, os protestos de cidadãos contra a inflação, a escassez de alimentos e a insegurança (fenómenos que atingem especialmente os setores populares e as classes médias), serão inevitavelmente, misturados com um contexto político altamente polarizado (“chavismo” vs. “antichavismo”), eleições locais de 8 de dezembro e emergência de uma oposição unificada e mais forte em torno de Henrique Capriles, enquanto o regime enfrenta uma difícil transição da liderança carismática de Hugo Chávez

“Está a nascer uma nova América Latina em termos sociais e as mobilizações demonstram essas dores de parto de uma sociedade mais moderna, heterogénea e complexa, autónoma e com capacidade de crítica”

para um perfil muito inferior de Nicolás Maduro.

Na Colômbia, o processo eleitoral, em maio, as negociações em Havana com os guerrilheiros das FARC e a crise pela qual atravessam os diferentes movimentos e partidos de esquerda irão manter contido o processo de mobilizações que, atualmente, está mais relacionado com problemas laborais (mineiros ilegais, cafeicultores e camionistas) do que com as exigências das novas classes médias.

Noutros países (Equador e Bolívia, entre eles), a possibilidade de que estes movimentos sejam estruturados no curto prazo é difícil. A liderança carismática de Rafael Correa e Evo Morales e a ausência de forças de oposição

política e sindical de alcance nacional assim o impede. Apenas no caso do Equador, a decisão do governo de explorar petróleo na área de Yasuní ITT pode propiciar a existência de uma referência para a mobilização de jovens, ambientalistas e indígenas se oporem à ideia extractivista do executivo de Rafael Correa.

Está a nascer uma nova América Latina em termos sociais e as mobilizações demonstram essas dores de parto de uma sociedade mais moderna, heterogénea e complexa, autónoma e com capacidade de crítica. O desafio do Estado e do sistema político será dar resposta e canalizar essas exigências apostando em continuar a ampliar a cobertura e em melhorar a qualidade dos serviços públicos.

LLORENTE & CUENCA

CONSULTORES DE COMUNICAÇÃO

Consultoria de Comunicação líder na Espanha, Portugal e na América Latina

A LLORENTE & CUENCA é a primeira consultoria de Comunicação da Espanha, Portugal e América Latina. Conta com **quinze sócios** e **300 profissionais** que prestam serviços de consultoria estratégica a empresas de todos os setores de atividades, com operações voltadas para o mundo que fala **espanhol e português**.

Atualmente, possui escritórios próprios na **Argentina, Brasil, Colômbia, China, Equador, Espanha, México, Panamá, Peru, Portugal e República Dominicana**. Além disso, através de empresas afiliadas, oferece seus serviços nos **Estados Unidos, Chile, Bolívia, Uruguai e Venezuela**

Sua presença internacional ter levado LLORENTE & CUENCA a posiciona-se em 2011 e 2010 entre uma das cinquenta companhias de comunicação mais importantes do mundo, segundo o Ranking anual elaborado por The Holmes Report. Em 2013, ocupa a colocação 51 do Ranking, ascendendo uma colocação em comparação a 2012.

Organização

DIREÇÃO CORPORATIVA

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Enrique González
Sócio e CFO
egonzalez@llorenteycuenca.com

Jorge Cachinero
Diretor Corporativo de Reputação e Inovação
jcachinero@llorenteycuenca.com

IBÉRIA

Arturo Pinedo
Sócio e Diretor Geral
apinedo@llorenteycuenca.com

Adolfo Corujo
Sócio e Diretor Geral
acorujo@llorenteycuenca.com

Madrid

Joan Navarro
Sócio e Vice-presidente de Assuntos Públicos
jnavarro@llorenteycuenca.com

Amalio Moratalla
Sócio e Diretor Sênior
amoratalla@llorenteycuenca.com

Juan Castellero
Diretor Financeiro
jcastillero@llorenteycuenca.com

Lagasca, 88 – planta 3
28001 Madrid (Espanha)
Tel: +34 91 563 77 22

Barcelona

María Cura
Sócia e Diretora-Geral
mcura@llorenteycuenca.com

Muntaner, 240-242, 1º-1ª
08021 Barcelona (Espanha)
Tel: +34 93 217 22 17

Lisboa

Madalena Martins
Sócia
madalena.martins@imago.pt

Carlos Matos
Sócio
carlos.matos@imago.pt

Rua do Fetal, 18
2714-504 S. Pedro de Sintra (Portugal)
Tel: +351 21 923 97 00

AMÉRICA LATINA

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

José Luis Di Girolamo
Sócio e CFO da América Latina
jldgirolamo@llorenteycuenca.com

Antonio Lois
Diretor Regional de Recursos Humanos
alois@llorenteycuenca.com

Bogotá

María Esteve
Diretora Geral
mesteve@llorenteycuenca.com

Germán Jaramillo
Presidente Conselheiro
gjaramillo@llorenteycuenca.com

Carrera 14, # 94-44. Torre B – of. 501
Bogotá (Colômbia)
Tel: +57 1 7438000

Buenos Aires

Pablo Abiad
Diretor Geral
pabiad@llorenteycuenca.com

Enrique Morad
Presidente Conselheiro para o Cone Sul
emorad@llorenteycuenca.com

Av. Corrientes 222, piso 8. C1043AAP
Ciudad de Buenos Aires (Argentina)
Tel: +54 11 5556 0700

Lima

Luisa García
Sócia e CEO da região Andina
lgarcia@llorenteycuenca.com

Cayetana Aljovín
Gerente Geral
caljovin@llorenteycuenca.com

Av. Andrés Reyes 420, piso 7
San Isidro - Lima (Peru)
Tel: +51 1 2229491

México

Alejandro Romero
Sócio e CEO da América Latina
aromero@llorenteycuenca.com

Juan Rivera
Sócio e Diretor Geral
jrivera@llorenteycuenca.com

Bosque de Radiatas # 22 – PH7
05120 Bosques de las Lomas (México)
Tel: +52 55 52571084

Panamá

Javier Rosado
Sócio e Diretor Geral
jrosado@llorenteycuenca.com

Avda. Samuel Lewis. Edificio Omega, piso 6
Tel: +507 206 5200

Quito

Catherine Buelvas
Diretora Geral
cbuelvas@llorenteycuenca.com

Av. 12 de Octubre 1830 y Cordero.
Edificio World Trade Center, Torre B, piso 11
Distrito Metropolitano de Quito (Equador)
Tel: +593 2 2565820

Rio de Janeiro

Juan Carlos Gozzer
Diretor Executivo
jcgozzer@llorenteycuenca.com

Rua da Assembleia, 10 – sala 1801
Rio de Janeiro - RJ (Brasil)
Tel: +55 21 3797 6400

São Paulo

José Antonio Llorente
Sócio Fundador e Presidente
jalorente@llorenteycuenca.com

Alameda Santos, 200 – Sala 210
Cerqueira Cesar. SP 01418-000 (Brasil)
Tel.: +55 11 3587 1230

Santo Domingo

Alejandra Pellerano
Diretora Geral
apellerano@llorenteycuenca.com


Avda. Abraham Lincoln
Torre Ejecutiva Sonora, planta 7
Tel: +1 8096161975


ÁSIA


Beijing

Sergi Torrents
Diretor Geral
storrents@grupo-11.com


2009 Tower A. Ocean Express
N2 Dong san Huan Bei Road, Chaoyang District
Beijing (China)
Tel: +86 10 5286 0338


 Site corporativa
www.llorenteycuenca.com

 Blog corporativo
www.elblogdellorenteycuenca.com

 Twitter
<http://twitter.com/llorenteycuenca>


 YouTube
www.youtube.com/LLORENTEYCUENCA

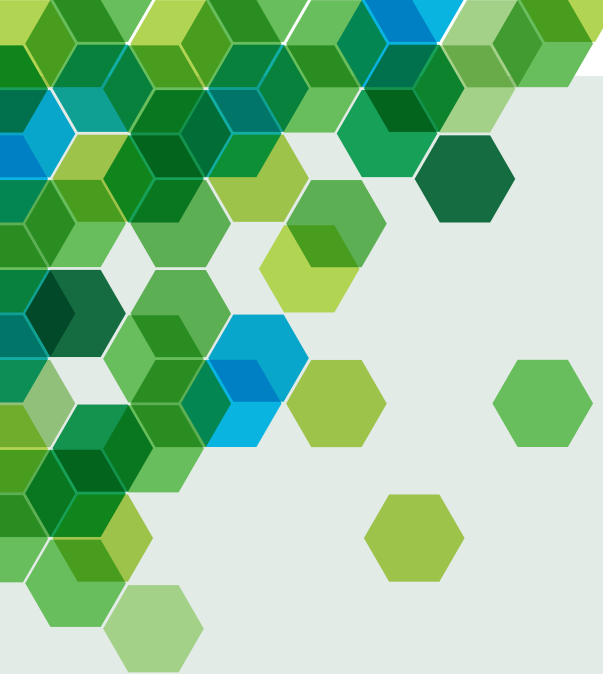
 Centro de Ideias
www.dmasillorenteycuenca.com

 Revista UNO
www.revista-uno.com

 LinkedIn
www.linkedin.com/company/llorente-y-cuenca

 Facebook
www.facebook.com/llorenteycuenca

 Slideshare
www.slideshare.net/LLORENTEYCUENCA



A d+i é o Centro de Ideias, Análise e Tendências da LLORENTE & CUENCA.

Porque estamos testemunhando um novo modelo macroeconômico e social. E a comunicação não fica atrás. Avança.

A d+i é uma combinação global de relacionamento e troca de conhecimentos que identifica, se concentra e transmite os novos paradigmas da comunicação a partir de uma posição independente.

A d+i é um fluxo constante de ideias que adianta os avanços da nova era da informação e da gestão empresarial.

Porque a realidade não é preta ou branca existe d+i LLORENTE & CUENCA.

www.dmasillorenteycuenca.com

d+i LLORENTE & CUENCA